

ENTRE O LOCAL E O GLOBAL: O HALLOWEEN E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO TERRITÓRIO E NAS ESCOLAS

Between the Local and the Global: Halloween and the Production of Meanings in the Territory and in Schools

Ivanio Folmer

Doutor em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria; Brasil.

ivaniofolmer@yahoo.com.br

Ane Carine Meurer

Doutora em Educação, Universidade Federal de Santa Maria; Brasil.

anemeurer@gmail.com

Angelita Zimmermann

Doutora em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria; Brasil.

angelitazd@gmail.com

Janete Weblar Cancelier

Doutora em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria; Brasil.

janetewc@gmail.com

Mirieli da Silva Fontoura

Doutora em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria; Brasil.

mirielifontoura@yahoo.com.br

Recebido: 17/06/2026

Aceito: 24/08/2026

Resumo

O *Halloween* — Festa das Bruxas — é uma festa cultural bastante expressiva na contemporaneidade, onde a comercialização de produtos típicos movimenta a economia local e global, em especial no mês de novembro, em que as escolas tomam um tempo do currículo para festejar esta data. Diante disso, o objetivo deste texto é problematizar o processo de inserção da cultura norte-americana em territórios escolares brasileiros, na perspectiva de compreender a culturalização, a função social da escola e suas implicações sobre o local e o território. Este estudo qualitativo é de cunho bibliográfico e exploratório, fundamenta-se em teóricos e pesquisas que discutem esta temática, no sentido de fazer uma crítica à falta de criticidade no âmbito escolar em relação à universalização cultural, ou seja, às questões que envolvem educação e território.

Palavras-chave: Cultura; Festa; Território; *Halloween*

Abstract

Halloween — Halloween is a very significant cultural festival in contemporary times, where the commercialization of typical products moves the local and global economy, especially in the month of November, when schools take time off to celebrate this date. Given this, the objective of this text is to problematize the process of insertion of the North American culture in Brazilian school territories, from the perspective of understanding the culturalization, the

social function of the school and its implications on place and territory. This qualitative study is bibliographic and exploratory, based on theorists and research that discuss this theme, in order to make a critique of the lack of criticality in the school environment in relation to cultural universalization, that is, issues involving education and territory.

Keywords: Culture; Party; Territory; Halloween

1. INTRODUÇÃO

Os sujeitos sociais emergem a partir do meio cultural em que estão inseridos. São também resultados de erros e acertos adquiridos e somados ao longo de toda a trajetória que compõem a nossa existência. Nesse contexto, a cultura é entendida e interpretada de diferentes formas. Laraia (2009) nos diz que a cultura pode ser efetivada pelos sujeitos sociais, em qualquer que seja a sua localização geográfica. Por sua vez, Paul Claval (2007) argumenta que devemos considerar a cultura como sendo a mediação entre os homens e a natureza. Consideramos a cultura como algo apreendido, transcorrido de maneira natural; assim, de forma alguma poderá ser construída inerentemente.

Somos criaturas e criadores de cultura e apresentamos a mesma de diversos modos. Aprendemos a nos portar em sociedade a partir de um modelo aceito, onde muitas vezes nos defrontamos com a imposição de uma cultura diferente, uma cultura normativa. Neste contexto, podemos relacionar cultura e educação. A cultura transmite ensinamentos, mostram as particularidades e especificidades dos diferentes grupos sociais, tanto no que diz respeito aos aspectos materiais quanto aos imateriais.

Candau (2003, p. 03) realiza a afirmação, da qual concordamos: “cultura não é algo estático”, pelo contrário, ela se apresenta com um intenso movimento de transformação, sendo multiforme inserida em um entrelace de (re)criação. É incontestável que a cultura seja considerada um elemento não ativo na vida e nas relações humanas, pois se apresenta nas ações simples e cotidianas dos sujeitos. Logo, é possível dizer que todos os seres humanos estão inseridos em uma sociedade de cultura. Somos, portanto, sujeitos culturais.

Estamos inseridos em diversos territórios que atuam em prol de uma formação e adequação de modelos aceitáveis na sociedade. Nesse processo, a escola possui papel fundamental de formar sujeitos capacitados para viver em comunidade e especialmente oferecer mão de obra para o mercado de trabalho, em especial o capitalista.

Nesta perspectiva, Bourdieu e Passeron (1982) relatam que

[...] a escola reproduz as ideologias apregoadas na sociedade e geralmente são as ideologias da classe dominante e nesse caso, as ideologias das culturas dominantes. (...) a cultura legítima, isto é, a cultura dotada da legitimidade dominante, não é outra coisa que o arbitrário cultural dominante, na medida em que

ele é desconhecido em sua verdade objetiva de arbitrário cultural e de arbitrário cultural dominante (Bourdieu; Passeron, 1982, p. 36).

O sistema que contempla uma cultura passa a ser uma construção social coletiva, e as formas de manutenção são fundamentais para garantir a identidade de uma sociedade, e isso se dá através do desenvolvimento da cultura por aquelas e aqueles que compõem a mesma. Diversas vezes, a territorialização de uma cultura consolida-se de forma impiedosa, introduzindo-se no novo território de modo bastante sutil, e, em um estalar de dedos, não há mais controle com relação à interiorização da cultura dominante. Os sujeitos sociais acabam reproduzindo a cultura sem mensurar ou criticar a imposição, passando a sensação de naturalidade.

Remetendo às questões de dominação, Freire, em (1987), na obra *Pedagogia do Oprimido*, afirma que a luta pelo direito do ser humano livre só é possível porque a desumanização não é um destino dado, mas resultado de uma “ordem” não justa, gerando a violência dos opressores. Por esse lado, as culturas introduzidas servem, por diversas vezes, para desumanizar o sujeito, deixando-o sem questionamentos, apático, reproduzindo o que lhe é imposto.

No mundo do trabalho, isso pode ser percebido quando o dominado não se opõe a seu impiedoso opressor, uma vez que não consegue caracterizar-se enquanto vítima dessa realidade. Assim, também ocorre na escola, já que está inserida em um território e este também é exposto ao processo de globalização. “De maneira geral, os atuais debates relativos à questão cultural discutem as implicações do processo de globalização na cultura e na identidade, principalmente quanto à sua homogeneização ou à afirmação da diversidade” (Neto; Bezzi, 2009, p. 22).

Deste modo, esse texto questiona: Qual é o significado das comemorações das festas de Halloween para as escolas? Esta festa cultural tão comemorada no Brasil está a serviço de quê? Estudos como este justificam-se no sentido de demonstrar que os sujeitos sociais são diretamente influenciados pelos aspectos culturais e que, atualmente, diante de um mundo globalizado, cada vez mais a cultura é global e menos territorial.

2. O HALLOWEEN

Em tradução literal, do inglês para o português, Halloween significa Dia das Bruxas. Nos Estados Unidos da América, essa festa particularmente tornou-se um negócio consolidado, onde as pessoas anualmente gastam em torno de US\$7 bilhões de dólares com materiais que se voltam à data 31 de outubro, quando se comemora essa *feira*. Neste

país, os parques como a Disney, mundialmente famosos, em especial através das mídias que reproduziram nas televisões em todos os continentes seus personagens, que chamam atenção de crianças, jovens e adultos. Nestes parques, há comemorações festivas do Halloween que duram semanas inteiras, envolvendo grandes movimentos que mobilizam cidades.

A cultura do Halloween é um apelo à Idade Média, onde os católicos dedicam o primeiro dia de novembro a Todos os Santos. Naquele período, esse dia havia desfiles e os participantes pertencentes às classes mais estabelecidas da sociedade doavam “Soul Cakes¹” aos pobres que assistiam. O nome desta festa vem de Hallow, que ao traduzirmos, significa santo e também de even, onde eve significa véspera, juntando, temos o nome em português: Véspera de todos os Santos (Kindra, 1973).

Nesse sentido, o dia Todos os Santos, em acordo com a cultura pagã, tem início no pôr do sol do dia 31 de outubro. Em síntese, é uma festa para os mortos.

2.1. Globalização e interculturalidade no espaço escolar brasileiro: o Dia das Bruxas

A globalização é um fenômeno que pode ser entendido pela transformação da economia do planeta. Por sua vez, permite uma ampliação dos fluxos de mercadorias entre os países, pela análise sociopolítica com a expansão do capital, a internacionalização dos produtos e das redes informatizadas (Jardim; Oliveira, 2009), e também pela sua influência nas manifestações culturais.

Ao discorrer sobre globalização, Jenkis (2008) aponta os elementos principais deste processo: a) Sistema cultural global; b) Surgimento de novas tecnologias; c) Convergência tecnológica recentes processos societários e a diminuição ou alteração das noções de espaço, tempos e distâncias. Esses processos com distintas formas e intensidades vão se materializar nos territórios.

O termo território também abrange o sentido de não apenas uma redução material ou concreta, mas também como um campo de forças ou uma rede de relações sociais, econômicas, culturais e políticas, que se projetam no espaço. O território é moldado a partir de combinações de condições e forças internas e externas, que devem ser compreendidas e entendidas na sua totalidade espacial. Neste sentido, o território é a espacialidade apropriada por um grupo sociocultural, que a transforma em espaço de vida, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, sejam elas jurídicas, políticas ou econômicas, internas ou externas, como expressa Raffestin (1993, p. 144).

¹ Comida. Em tradução de Soul Cakes significa bolo de almas.

O Brasil possui ampla diversidade étnico-cultural, compreende um folclore que distingue regiões e rincões, mas se unifica em lindas festas, hábitos e costumes. Sendo compostos por peculiaridades históricas genuínas e ao mesmo tempo por ser, esta cultura, produzida pela junção de tantos povos em relações sociais que dialogam entre si sem, contudo, ignorar ou destituir o que é de cada um.

Neste âmbito, a família e a escola precisam estar atentas ao papel social que desempenham junto às crianças, adolescentes e jovens, favorecendo uma formação que possa contribuir com criticidade frente às imposições da mídia e, sobretudo, ao estabelecimento de contrapropostas ao que deva ser produzido e consumido como cultura na sociedade atual.

Nosso questionamento, neste texto, apresenta-se no sentido das implicações das práticas pedagógicas escolares sobre as relações familiares e/ou comunitárias no que tange ao currículo transversal que perpassa o calendário de comemorações e festividades na escola. Nem sempre a cultura local toma tanto tempo e empenho da comunidade escolar quanto a festa do *Dia das Bruxas*. Quais são os enlaces culturais entre essa festividade norte-americana e as brasileiras? Em que momento, ou desde quando, o Halloween passou a ser comemorado na escola e de que modo contribui para uma formação intercultural nos sujeitos que dela fazem parte?

O mundo globalizado impõe mudanças culturais e muda relações sociais. Milton Santos (2014, p. 145) destaca que a “globalização constitui o estágio supremo da internacionalização, a amplificação em ‘sistema-mundo’ de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos”. Acrescenta que há uma mundialização na qual todos estamos envolvidos pela “transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional”.

Clavijo (2010, p. 138) afirma que a globalização é um “processo-produto” desta mundialização. “O processo de globalização não pode ser considerado algo alheio à identidade dos territórios, está lentamente gerando novas e importantes desigualdades sociais e territoriais, [...] na qual articulam identidades culturais e potencialidades ambientais [...] (tradução nossa).

Para Gonçalves (2002, p. 230), “o território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação — territorialização — enseja identidades — territorialidades”. Na sequência, ainda destaca que a sociedade, ao territorializar-se, o território é sua condição de existência natural. Dessa forma, vão se materializando em diferentes temporalidades determinadas configurações territoriais.

A planificação da história das sociedades modernas ao longo da reprodução do capital tem determinado quais paradigmas devem ser seguidos e realizados nesta forma de vida moderna, designada por Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 275) como “[...] globalização neoliberal e que não é mais do que um novo passo do capitalismo global, no sentido de sujeitar a totalidade inesgotável do mundo à lógica mercantil”. Para Santos (2002), existem duas formas de globalização de cima para baixo, neoliberal ou hegemônica: o *localismo globalizado* e o *globalismo localizado*. “O *localismo globalizado* (é) o processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso, seja a atividade mundial das multinacionais, a transformação da língua inglesa em língua franca, a globalização do *fastfood* americano” (Santos, 2002, p. 335).

O autor aponta o *globalismo localizado* como uma postura que:

Consiste no impacto específico de práticas e imperativos transnacionais nas condições locais, as quais são, por essas vias, desestruturadas e reestruturadas de modo a responder a esses imperativos transnacionais, por exemplo, os enclaves de comércio livres ou zonas francas; [...] cerimônias religiosas, artesanato e vida selvagem postos à disposição da indústria global do turismo (Santos, 2004, p. 335).

Neste sentido, fomos historicamente e continuamos a ser colonizados, já que assumimos e reproduzimos modos de vida, educação e culturas que não são nossos. Estes processos se estruturam e se especializam por meio da pedagogia hegemônica do capital, especialmente pelas mídias, mas também pelas escolas e pelas igrejas (Neves, 2010). A intensificação da colonialidade por meio de aparelhos ideológicos (Althusser, 1985) faz com que passemos a consumir maneiras, costumes e hábitos sem ao menos questionar a historicidade do que “vem-de-cima” sobre nossa educação. “Na América Latina, o grande desafio ainda presente é tornar visível a diversidade cultural original, que sobreviveu à segregação colonial e aos processos de imigração e assimilação, bem como à homogeneização nacional que ocorreu desde a independência” (Guilherme; Dietz, 2014, p. 20, tradução nossa).

Interculturalidade e *multiculturalismo* são conceitos distintos, embora convirjam em uma mesma problemática geral. Para Nosella (2013, p. 53), “multiculturalismo” “[...] refere-se a várias culturas justapostas e até contrapostas, refratárias a um unitário processo de integração e de hegemonia político-cultural, permanecendo, assim, em tensão entre si”. Contrariamente, o conceito de interculturalidade “[...] carrega semanticamente forte densidade ética por apontar uma direção valorativa à tensão multiculturalista” (Nosella, 2013, p. 53), objetivando uma proposta de “universalismo crítico” e de ética intercultural de democracia, justiça e direitos no mundo contemporâneo.

A interculturalidade refere-se ao intercâmbio cultural, à integração entre saberes e à construção de respostas aos conflitos coexistentes.

A esse respeito, Guilherme (2019), ressalta que é recente a entrada e heterogêneo o significado dado aos termos “interculturalidade”, “multiculturalismo” e “transcultural”, no léxico das políticas transnacionais e nacionais, dos estudos acadêmicos e das mídias. Com o uso de diferentes sufixos (“ismo” e “ade”) e prefixos (“inter”, “multi” e “trans”), as expressões que adjetivam os inúmeros substantivos implicam distintas compreensões político-ideológicas. Neste contexto, o conceito Intercultural “[...] ocupa um espaço semântico abrangente que vai desde a ideia de ‘*meltingpot*’ - meio assimilacionista, meio segregacionista — até a uma discussão crítica do exercício de uma cidadania intercultural emancipatória, a níveis local, nacional e global” (Guilherme, 2019, p. 01), portanto, a natureza do discurso intercultural “[...] deve ser essencialmente ideológica, epistemológica e política”, defende a autora.

Nosso questionamento inicial pode ser respondido pela dimensão do conceito de interculturalidade, com vistas àquilo que pode ser produzido de modo emancipatório. Não só comparativos entre realidades culturais diferentes, mas quanto à diversidade de saberes que constituem as aproximações e contrastes históricos, políticos e culturais das comemorações do “dia das Bruxas” nos espaços escolares brasileiros.

De acordo com Amaral de Jesus (2007, p. 14), a inserção do Halloween no âmbito escolar, como tema transversal em seus Projetos Políticos Pedagógicos, veio das instituições que atuam com formação em línguas estrangeiras. “As comemorações de Halloween foram inicialmente veiculadas pelas escolas de idiomas”. Conforme a Gimenez (2008, p. 01), “a pluralidade de oferta de línguas estrangeiras nas escolas é um direito cada vez mais ameaçado na medida em que se estabelece a hegemonia de uma ou duas línguas.” Crítica à autora sobre a homogeneização cultural, já que o mercado educacional brasileiro de língua estrangeira prioriza o ensino da língua inglesa e espanhola. Contudo, o que está posto na maioria das justificativas curriculares escolares é que,

A finalidade educacional nos leva a enxergar o ensino de língua estrangeira no currículo sob outra perspectiva. Um dos argumentos utilizados para justificar a pluralidade de oferta de línguas é que a aprendizagem de uma língua estrangeira permite conhecer outras visões de mundo e entender melhor as nossas próprias (Gimenez, 2008, p. 01).

Este aspecto prioriza outras práticas pedagógicas e outras relações com a língua estrangeira na escola. Deveria problematizar as situações e linguagens em processos escolares com práticas que reconheçam o diverso sem apagar o que é genuíno. Ao mesmo

tempo, possibilitar o questionamento necessário aos aspectos que continuam sendo colonizados em nosso território.

Na maioria das vezes, a escola trabalha a festa das bruxas sob a “perspectiva de informações sobre costumes, hábitos e até “esquisitices” do falante nativo da língua aprendida.” (Gimenez, 2008, p. 01). A autora traz como exemplo uma experiência em que uma professora propõe um café da manhã coletivo, sugerindo que tragam *cupcakes* para mostrar “o que os americanos comem no café da manhã”, sem pensar, no entanto, na língua como possibilidade de uma compreensão da cultura enquanto normas de interpretação de sentidos na própria história social e do mesmo modo que reciprocidades ou contrastes constituem os povos e nações a partir destas interculturalidades.

Ao defender a escola como um espaço sociocultural, Juarez Tarcisio Dayrell (2001, p. 01), a considera um espaço produzido “por cotidiano, levado a efeito por homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, negros e brancos, adultos e adolescentes, enfim, alunos e professores, seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos, presentes na história, atores na história” , ou seja, um território constituído por agentes sociais e que, apesar das programações e planejamentos curriculares, as ações podem e devem ser espaços de discussão e de questionamentos.

Estudar ou destacar a festa das bruxas nas escolas brasileiras, consoante à visão de Gimenez (2008, p. 07), requer a compreensão da:

Dinâmica de encontros interculturais e como a língua cultura opera requer mais do que adquirir informações sobre os hábitos alimentares dos americanos ou como isto se contrasta conosco. Requer que levemos nossos alunos além, ao identificarem cultura na língua estrangeira que ensinamos. Requer que essa língua do Outro nos leve a pensar nossa própria visão de mundo. Permite que vejamos no contraste e na diferença não só o conflito, mas também a tolerância.

Neste sentido, a escola pode ser um espaço intercultural de formação que reconhece e valoriza o outro, a cultura, o saber, o modo de viver. Isto, sem, no entanto, corroborar com o esquecimento ou apagamento das memórias da origem, da ancestralidade das festas da comunidade, dos hábitos e costumes do sujeito e do seu lugar de vida. A escola está em contínuo processo de produção de conhecimentos, possibilita diversos espaços de ensino e de aprendizagem que buscam contribuir para a humanização e libertação do ser social em relações complexas que o conduzem ao consumismo e às relações mercadológicas globalizadas pelo capital.

3. A CULTURA E A EDUCAÇÃO

Cada sociedade possui a sua cultura, ao nascermos, nascemos nela, inicialmente não a escolhemos. Essa diversidade deve-se aos inúmeros costumes associados a cada região, transmitidos de geração em geração, tendo importante papel nesse aspecto a educação.

Educação é essa “passagem” de saberes, valores, hábitos, pensamentos, ações (educação informal) e escolar (educação formal, escolar, sistematizada) ligada ao dia a dia dessa sociedade. Educação e cultura andam juntas, a educação está presente em todos os lugares, assim como a cultura. Portanto, a cultura é um aglomerado de saberes que compõem os grupos, firmando seus modos de pensar, suas marcas ideológicas, seus símbolos, suas crenças e tradições e sua política no território onde está inserida.

Educação é o princípio comunicativo, utilizado pelas sociedades, para desenvolver no indivíduo a consciência de suas potencialidades, para que cada pessoa tenha uma maneira de ser, expressando a sua individualidade (não individualismo) em movimento com os outros. A cultura também é o que acrescentamos nesse território, a partir da expressão, compreensão e recriação, interlocução que estabelecemos com esses diversos universos de sentido, significado, significação da vida e do mundo de um determinado território.

Cada povo possui crenças, estilos de viver. Nesse processo, a educação vai se transformando por meio de situações presenciadas e experienciadas pelas suas populações, o que significa que ela está em movimento, que interage com a população, reconstrói aspectos que precisam ser melhorados e superados. É nessa articulação que é possível desenvolver cidadãos capazes de ensinar, educar, pensar, questionar e gerar transformação do que acreditam, dos seus valores, significados, sentidos, fazendo a diferença.

O território é, todavia, o lócus das disputas de poder. Concordando com Haesbaert (2005, p. 6774), o território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”. De todo modo, é impreterível refletirmos sobre as questões simbólicas e culturais na efetivação das territorialidades.

Na concepção de território e de seu entendimento, Vale, Saquet e Santos (2005, p. 13) mencionam-no como um processo de conjugação de forças, relações e produções interconectadas, com articulações de aspectos econômicos, políticos e culturais, no tempo e no espaço. Neste aspecto, cabe ressaltar que as três noções relacionam-se

recíprocamente, ou seja, existe um mutualismo entre ideia e matéria, em que uma ou outra, em cada lugar ou em cada momento histórico, pode predominar frente às demais.

A importância da dimensão econômica no território está centrada na dinâmica econômica em processo de expansão. Enquanto a dimensão cultural do território deve considerar as origens de cada grupo social, bem como a sua história ao longo dos tempos, a fim de estabelecer seus valores e costumes, os quais marcam o espaço onde vivem.

A fala de Haesbaert (2005, p. 02) nos diz que “enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo”, assim, conseguimos discordar da fachada do território funcional, uma ideia criada pela perspectiva capitalista, que tenta hegemonizar os territórios.

A partir das concepções da corrente sociológica, a identidade é resultante da interação do sujeito e da sociedade.

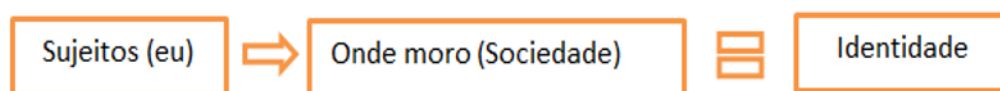


Figura 1 - Esquema do surgimento da identidade.

Fonte: Elaboração dos autores, 2026.

Assim, em acordo com Hall (2013),

A identidade, na concepção sociológica, preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ — entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a ‘nós próprios’ nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os ‘parte de nós’ contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, ‘sutura’) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis (Hall, 2013, p. 14).

Para Hall (2013), os sujeitos pós-modernos configuram-se pela diversidade de identidades existentes, e não por apenas uma. Deste modo, o território passa a ser o palco da manifestação das identidades culturais.

Assim, Santos (2009, p. 246) defende que,

No decorrer da história das civilizações, as regiões foram configurando-se por meio de processos orgânicos, expressos através da territorialidade absoluta de um grupo, onde prevaleciam suas características de identidade, exclusividade e limites, devidos à única presença desse grupo, sem outra mediação. A diferença entre áreas se devia a essa relação direta com o entorno. Podemos dizer que, então, a solidariedade característica da região ocorria, quase que exclusivamente, em função dos arranjos locais. Mas a velocidade das transformações mundiais deste

século, aceleradas vertiginosamente no pós-guerra, fizeram com que a configuração regional do passado desmoronasse (Santos, 2009, p. 246).

Hoje, somos induzidos, em especial pela mídia, globalizada e globalizadora, a participar, incorporar e assumir outras culturas e identidades. A mídia diariamente nos induz a querer experimentar outros gostos, alterar nossos hábitos, outros alimentos, diferentes tipos de vestimentas, músicas que anteriormente não ouvíamos, adquirir objetos que por vezes não nos são úteis, e por fim acabamos efetivando uma (nova) sociedade que possui características multiculturais que é de nosso tempo. Nesse sentido, se insere nas escolas a cultura do *Halloween*, uma prática cultural que originalmente não é pertencente à nossa tradição cultural, mas é inserida, assimilada e reproduzida como se fosse.

Santos (2002) afirma que, no contexto atual, “globaliza-se o território pela globalização do imaginário que crê que todos os lugares são territórios do mundo”. É de forma imaginária que acontece o processo globalizatório, desse modo, as estruturas culturais forçadas pelo mercado tentam hegemonizar a vida social das pessoas e dos territórios que estas ocupam, e deixam de lado suas histórias e projetos pessoais.

O geógrafo Milton Santos (2009) retrata o atual momento como técnico-científico-informacional, onde ele sinaliza que esse momento é marcado pela junção do conhecimento técnico e da ciência, e esse processo influencia e cria a economia que acontece na escala local e no mundo.

O território passa a ser condicionado a partir dos interesses globais, desse modo, as grandes empresas normatizam o território conforme seus interesses, do mesmo modo que altera nossa relação com o lugar. O capitalismo está amplamente associado ao mercado cultural, e as tradições e formas de consumo se modificam.

Assim, Mance (1994, p. 6) afirma que a cultura das:

Massas ocorre um processo de individualização em que a subjetividade é modelada sob forte pressão da lógica do capital através de diversas linguagens especialmente difundidas através da mídia. Cada pessoa é instigada a sair da indiferença da multidão, a distinguir-se dos demais, a individuar-se, a não ser apenas mais um na massa amorfa, mas ser alguém especial, cultivar a sua individualidade, destacar-se dos demais. Tal diferenciamento, entretanto, deve se realizar conforme as referências estabelecidas pelas linguagens dominantes, pelos balizamentos propostos pelo sistema vigente através de seus inúmeros equipamentos e meios de modelizar a subjetividade. A mídia se torna veículo de difusão da cultura de massa, agigantando o cotidiano, oferecendo o conhecimento de realidades mundiais em tempo-real, convergindo momentos e culturas.

A escola, enquanto local de aprendizados, de comemoração e (re)criação da cultura, pode ser também um território perigoso quando abre mão do estudo das culturas locais e abre-se para a comemoração de outras culturas, como no caso do *Halloween*. O professor deve ser sujeito crítico e ter clareza do seu papel em sala de aula. É necessário questionar

sempre o significado desse tipo de festa na escola e qual o impacto disso na vida dos sujeitos que a mesma atende.

Podemos afirmar que a inserção do *Halloween* nas escolas é resultado do mercado capitalista. Esta festa é uma expressão cultural que chega ao Brasil através do processo de globalização, onde, a partir disso, pode-se tornar um excelente momento de reflexão nas escolas.

Inegavelmente, essa nova territorialidade favorece o aumento do consumismo. Jesus (2007) nos diz que vivemos em uma sociedade que possui uma cultura de consumo, e que essa cultura,

Propicia e aproveita todas as oportunidades para fazer negócios. A indústria cinematográfica de Hollywood contribuiu para a difusão do Halloween com filmes repletos de violência cenográfica, nos quais os assassinatos criam no espectador um estado mórbido de angústia e ansiedade. São filmes bastante vistos por adolescentes e crianças, criando neles o medo e uma ideia (sic) errônea da realidade. Mas, antes de tudo o Halloween é um grande negócio. Máscaras, disfarces, doces, maquiagem e demais artigos necessários são o motor mais que suficiente para fomentar o "consumo do terror" (Jesus, 2007, p. 28).

Desse modo, na adolescência, é evidente uma forma de consumo exacerbado sobre determinados produtos do mercado. Retondar (2007, p. 140) afirma que ocorre “uma ética de orientação mental, um espaço por excelência de constituição das subjetividades”. Assim, compreendemos a infância e adolescência não mais como fase natural, tanto nas escolas, quanto na vida social destas e destes. São um produto em plena construção em ampla edição pela mídia, pela cultura externa e também pela escola.

Esses sujeitos são ignorados enquanto a sua naturalidade e acabam sendo padronizados os gostos e ações, onde o direito à individualidade é substituído por ações coletivas vazias, sem significados ao seu território, como a comemoração é hoje do *Halloween*.

4. O CULTURALISMO E O MULTICULTURALISMO DO HALLOWEEN: AS ALTERAÇÕES CULTURAIS NO TERRITÓRIO EM QUE SE ALOJA

Conforme o dicionário, a culturalização é um processo através do qual há a difusão, propagação, expansão de uma cultura sobre outra, invadindo territórios. Esse processo se efetiva por meio de instituições, organizações, meios de comunicação (internet, mídias, marketing), de escolas, entre outros. Através das mais diversificadas formas de expressão (escrita, oral, música, teatro), determinada cultura, neste estudo especificamente o *Halloween*, passa a ser difundida, se sobrepondo à cultura local/regional.

A predominância dessa cultura está diretamente vinculada à propagação das mídias, ao alcance que as mesmas possuem em determinados territórios, bem como aos interesses econômicos e políticos presentes em cada período histórico e espaço geográfico. As relações não se reproduzem com a mesma intensidade em todos os territórios.

Neste contexto, observa-se que o uso da mídia e do marketing são essenciais para que determinadas expressões culturais (música, arte, folclore, dança, etc), singulares e específicas, virem mercadoria, sendo “usadas”, “estereotipadas” como negócio rentável, sendo aceitas e validadas para um determinado local, região, país. “(...) Em outras palavras, o diferente, o singular se transforma em atrativo cultural, daí a conveniência da cultura no contexto globalizado (...) (Cruz, 2007, p. 2).

Culturalização é um processo no qual as peculiaridades de uma determinada cultura são postas em evidência, em detrimento de muitas outras manifestações, escolhidas pelo mercado para representar essa determinada população. Assim, organiza-se um imenso pacote de difusão, propagação que muitas vezes não se reverte em benefícios à população que está sendo “representada” por essa manifestação. Há, portanto, uma escolha política para que essa determinada manifestação seja “a representante” e que normalmente se associa à perspectiva do lucro e de exploração hegemônica.

Para que esse processo se realize, Santos já nos apontou alguns aspectos que o capital considera: universalização do marketing, do mercado, da mercadoria, dos gostos, do consumo, da cultura, da alimentação, da produção agrícola e pecuária, da ideologia, do espaço.

A universalização do mundo pode ser constatada nos fatos. Universalização da produção, incluindo a produção agrícola, dos processos produtivos e do marketing. Universalização das trocas, universalização do capital e de seu mercado, universalização da mercadoria, dos preços e do dinheiro como mercadoria-padrão, universalização das finanças e das dívidas, universalização do modelo de utilização dos recursos por meio de uma universalização relacional das técnicas, universalização do trabalho, isto é, do mercado do trabalho e do trabalho improdutivo, universalização do ambiente das firmas e das economias, universalização dos gostos, do consumo, da alimentação. Universalização da cultura e dos modelos de vida social, universalização de uma racionalidade a serviço do capital erigida em moralidade igualmente universalizada, universalidade de uma ideologia mercantil concebida do exterior, universalização do espaço, universalização da sociedade tornada mundial e do homem ameaçado por uma alienação total [...] A base de todas essas produções, também ela, é universal, e sua realização depende doravante de um mercado mundial. (Santos, 1988, p. 5-6)

Nesse contexto, a culturalização, processo a que estamos nos referindo, supera a perspectiva dos primeiros colonizadores que necessitavam dominar terras, escravizar pessoas concretas (não queremos dizer que esse processo não permanece em ação). A escravização se dá na perspectiva de colonizar formas de consumo, criar necessidades,

organizar pacotes que geram necessidades que devem ser sanadas em nome da busca da felicidade. Somos envolvidos por um grande processo de educação, geralmente não formal, mas reforçado pelo formal que nos quer levar a acreditar que sem determinado consumo estamos ultrapassados e infelizes.

A culturalização da cultura permite que as referências do lugar, enquanto processo dinâmico e contínuo de avanço/retrocesso/ressignificação/transformação, sejam minimizadas, pois a referência passa a ser o que o mercado exige. Assim, organizam-se outras referências em relação à cultura dos povos, manifestações que são formas de organização socialmente referenciadas passam a ser desenraizadas. Desta forma, é evidente que o processo de culturalização envolve questões ideológicas, educacionais, espaciais, econômicas, políticas e sociais. Somos resultado de relações que estabelecemos conosco, com os outros, com o mundo (cultura, grupos, manifestações culturais, história), aprendemos nessas, através e com essas. Assim, somos a expressão da cultura à qual pertencemos através da linguagem, do gênero, da classe, da orientação sexual, etc.

Atualmente, vivemos num mundo onde ocorrem simultaneamente variadas identificações culturais e estas se materializam em diferentes espaços e contextos. Esse processo pode ser positivo ao possibilitar o contato com diferentes aspectos culturais dos povos, ou negativo quando a cultura externa se sobrepõe à local, ocasionando uma homogeneização de culturas.

5. CONSIDERAÇÕES

Ao problematizarmos a inserção do Halloween no currículo escolar — especialmente quando essa inserção ocorre sem questionamento crítico ou mediante sua naturalização — propomos a construção de um espaço de análise no qual se articulam dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais, ideológicas e educacionais. Trata-se de tensionar os sentidos que atravessam tal prática e de refletir sobre como determinados fenômenos culturais são incorporados ao cotidiano escolar como se fossem neutros ou universais.

Nesse movimento, torna-se necessário indagar de que modo a implementação — ou mesmo a imposição simbólica — de determinadas práticas culturais pode reduzir sociedades e populações, ricas em aromas, sabores, paisagens, saberes e modos de vida, à condição de meros consumidores de um produto cultural globalizado. Ao transformar culturas em mercadorias, esvazia-se sua densidade histórica e social, contribuindo para processos de homogeneização que obscurecem diferenças, territorialidades e identidades.

A diversidade, que constitui a riqueza das nações, corre o risco de ser substituída por um padrão cultural dominante, reiterado por lógicas de mercado e amplamente difundido por meios de comunicação e redes globais.

Ao defendermos a interculturalidade, não propomos o fechamento das culturas em um isolacionismo identitário. Ao contrário, compreendemo-la como possibilidade de manifestação, reconhecimento, apreciação e respeito à alteridade social dos povos e das nações. A interculturalidade implica diálogo, escuta e troca; pressupõe a identificação e o reconhecimento do Outro como sujeito histórico, capaz de explicitar suas experiências, suas formas de compreender a si mesmo e o mundo, suas práticas e valores. Nesse processo, a diferença não é apagada, mas afirmada como condição para a aprendizagem mútua e para a construção de relações mais justas e democráticas.

Entendemos a cultura como elemento central na transformação da sociedade. Longe de ser mero ornamento, ela constitui potencial de emancipação, contribuindo para a construção da omnilateralidade do ser humano, na medida em que reconhece as múltiplas dimensões que compõem o ser social em suas relações com a natureza, com o trabalho, com a comunidade e com o conhecimento.

A cultura, contudo, não possui definição única ou estática. Trata-se de um complexo de práticas, valores, saberes e expressões que caracterizam uma sociedade e orientam as relações entre as pessoas e destas com a natureza. Pode manifestar-se em dimensões artísticas (dança, música, teatro, literatura, pintura, cinema, televisão, moda, escultura, folclore, fotografia e múltiplas expressões criativas); alimentares (o que comemos, quem produz o que comemos, por que comemos determinados alimentos, a presença de produtos orgânicos ou altamente processados); econômicas (sociedades industriais ou rurais, economias orientadas por transnacionais ou pelo abastecimento interno, desigualdade social e concentração de renda); ambientais (segurança e soberania alimentar); científicas (quais áreas recebem maior financiamento e quais permanecem marginalizadas); esportivas (quais práticas são valorizadas socialmente e quem se beneficia dessa valorização); arquitetônicas (preservação do patrimônio histórico ou sua substituição por empreendimentos mercadológicos); e ideológicas (valores e concepções que orientam práticas, muitas vezes de forma implícita).

Nesse contexto, o Halloween, frequentemente apresentado como expressão da cultura norte-americana, adentra o espaço escolar como prática aparentemente lúdica e desprovida de implicações mais profundas. No entanto, sua incorporação pode interferir na maneira como compreendemos nossas próprias culturas e diversidades, que são

igualmente — e talvez ainda mais — ricas e plurais. Ao absorvê-lo sem reflexão crítica, corre-se o risco de reforçar a lógica mercadológica que o sustenta, ampliando a rentabilidade de um produto cultural global e secundarizando manifestações culturais locais.

Isso não significa interditar o contato com outras culturas, mas situá-lo criticamente. Faz-se necessário promover análise, debate e problematização, de modo que a escola não se torne apenas espaço de reprodução de tendências globais, mas território de resistência, produção de sentidos e valorização das identidades locais.

O enfrentamento não se dá pela negação do outro, mas pela afirmação consciente de si, pelo fortalecimento das culturas locais e pela construção de uma educação comprometida com a diversidade, a justiça social e a emancipação humana.

REFERÊNCIA

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos do estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. 144p.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad. de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. 280p.

CANDAU, V. M. F. Educação escola e Cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 156-167, 2003.

CANDAU, V. M. (Org.). **Somos tod@s iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 136p.

CLAVIJO, G. M. El territorio en tiempos posmodernos y de globalización, una visión crítica. In: DOMINGUEZ, A.; PESCE, F. (Orgs.). **Lecturas y análisis desde la(s) Geografía(s)**. Montevideo: Editora DFPD-ANEP_CODICEN, 2010. p. 135-144.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: EDUFSC, 2007. 454p.

DAYRELL, J. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. (Org.) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 136-161. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 256p.

GIMENEZ, T. **Eles comem cornflakes, nós comemos pão com manteiga: espaços para reflexão sobre cultura na aula de língua estrangeira**, 2008. Disponível em: https://docs.ufpr.br/~marizalmeida/celem_11.pdf. Acesso em: 24 nov 2019.